

Ata da Décima Oitava Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), com início às quatorze horas e trinta minutos e término às dezessete horas, realizou-se a Décima Oitava Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta: a) Estratégia para regulamentação da Compensação Ambiental (CA) no Amazonas; b) Apreciação de 06 (seis) Processos de CA quanto aprovação do cálculo, destinação e repartição dos recursos da CA; c) Cobrança da CA da BR 317-AM, já que o licenciamento está com Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o planejamento para finalização da obra está sendo efetuado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); d) Determinação da destinação e repartição do recurso de CA do Gasoduto Juruá Urucu; e, e) O que houver. O Sr. José Adailton Alves, Presidente da CECA, realizou a abertura dos trabalhos, dando boas vindas aos membros e ao Coordenador do CEUC, Sr. Antônio Carlos Vitkoski, contextualizando o histórico de atividades executadas para fortalecer a Câmara e regulamentar a CA no Amazonas, prevista nos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Em seguida, expôs para discussão o primeiro ponto de pauta, que tratou da adoção de estratégia para regulamentação da CA no Amazonas. Pontuou a necessidade do aguardo das orientações e comando da Dra. Kamila Botelho do Amaral, Titular da SDS, quanto as diretrizes a serem seguidas pelo Sistema SDS para o planejamento e desenvolvimento de atividades referentes à regulamentação da CA no Amazonas, justificando a ausência da Secretária na reunião, devido a compromissos assumidos junto ao Governador do Estado. Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário Executivo da CECA, ressaltou que na Promoção Nº. 198/2012-PMA/PGE, de 20/12/2012, a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE) se manifesta contrária à regulamentação, recomendando que a SDS aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 3.378-6/DF em trâmite no Superior Tribunal Federal (STF), e que o IPAAM continue a aplicar o Decreto Federal nº. 6.848/09 para estipular o valor da CA. Relatou ainda que na Promoção, a PGE sugere que a SDS elabore anteprojeto de lei cuidando exclusivamente da criação da CECA. Discriminando que a Secretaria Executiva da CECA expediu minuta da aludida Lei. Dando prosseguimento a pauta, foram analisados caso a caso os seguintes Processos de CA (Anexo Único), cujo grau de impacto ambiental foi estipulado a 0,5% (meio por cento): **a) Gasoduto Juruá – Urucu:** processo Nº.

g. lewis

38 035.00293.2012/SDS, com Valor de Referência R\$ 100.726.742,69 e Valor da CA R\$ 503.633,71;
39 **b) Usina Termelétrica (UTE) de Anamã II:** processo N°. 035.01075.2012/SDS, com Valor de
40 Referência R\$ 10.375.525,45 e Valor da CA R\$ 51.877,63; **c) UTE de Caapiranga II:** processo
41 N°. 035.01078.2012/SDS, com Valor de Referência R\$ 8.383.957,45 e Valor da CA R\$ 41.919,79;
42 **d) UTE de Anori II:** Processo N°. 035.01076.2012/SDS, com Valor de Referência R\$
43 9.946.594,83 e Valor da CA R\$ 49.732,97; **e) UTE de Codajás II:** Processo N°. 035.01077.2012/SDS, com Valor de Referência R\$ 11.040.569,00 e Valor da CA R\$ 55.202,85; e,
44 **f) PROSAMIM III – Igarapé São Raimundo:** Processo N°. 035.01074.2012/SDS, com Valor de
45 Referência US\$ 46.377.600,00 e Valor da CA US\$ 231.888,00. Tendo em vista o ponto de pauta
46 específico para a CA do Gasoduto Juruá-Urucu, foram analisados inicialmente os 04 (quatro)
47 processos das UTEs (Anamã II, Caapiranga II, Anori II e Codajás II), nos quais o empreendedor
48 solicita desconto (abatimento) de R\$ 100.874,34 referente ao Adiantamento CA para Eletrificação
49 PE Sumauma, e o valor de R\$ 1.534.611,40, correspondente ao Projeto Arborização da Avenida
51 das Torres, sobre o recurso calculado da CA das UTEs. Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis
52 destacou que a solicitação de desconto do valor de R\$ 100.874,34 da CA das UTEs é procedente,
53 devido a celebração do Termo de Compromisso da Antecipação Voluntária e Parcial da
54 Compensação Ambiental (TCAVPCA) nº. 001/2010, de 21/10/2010 (Processo nº. 5761/2010-
55 PGE), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Estado (D.O.E.) nº. 31947, de 08/11/2010,
56 seção publicações diversas, p. 3, e também está respaldado em homenagem ao princípio da
57 razoabilidade pelo Parecer nº. 009/2010-PMA/PGE, de 30/09/2010, que recomenda que a CECA
58 se abstenha de exigir ou deferir a antecipação de valores referentes a CA, por não possuir amparo
59 legal. Para análise da solicitação do pedido do 2º desconto foram apreciados os documentos
60 celebrados entre a SDS e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para averiguar legitimidade
61 do requerimento. Sr. José Carlos Monteiro de Souza, Diretor Técnico do IPAAM, destacou que o
62 valor de R\$ 1.534.611,40 correspondente ao Projeto Arborização da Av. das Torres, foi a título de
63 doação. Dra. Mayara Vidal, Procuradora do IPAAM, após análise dos documentos chegou à
64 conclusão que o Termo de Convênio e o Plano de Trabalho do Projeto Arborização da Av. das
65 Torres não aponta o desconto do valor empregado (R\$ 1.534.611,40) nos recursos de CA dos
66 empreendimentos das UTEs, e nem de qualquer outro empreendimento, dada a inexistência de
67 TCAVPCA. Dessa forma, o pedido foi indeferido por ser improcedente. Como deliberação foi
68 aprovado o valor de R\$ 100.874,34 para desconto na CA das UTEs, devendo ser oficializado a
69 Amazonas Distribuidora de Energia S.A. que a CECA somente descontará o valor devidamente
70 registrado no TCAVPCA nº. 001/2010 (R\$ 100.874,34), e informando que Câmara, seguindo a
71 recomendação da PGE, não julgará pedidos de antecipação de CA e rejeitará qualquer solicitação
72 de desconto de CA não vinculada ao TCAVPCA nº. 001/2010. Quanto ao PROSAMIM III ficou
73 deliberado que o processo será encaminhado ao Setor de Geoprocessamento da SDS para
74 elaboração de mapa e parecer sobre as unidades de conservação (UC) em relação ao

gfh

75 empreendimento, para posterior definição das UC a serem beneficiadas e a repartição do recurso.
76 Sobre a situação da Rodovia Federal BR 317-AM foi deliberado que processo de CA do
77 empreendimento será encaminhado ao IPAAM para cálculo da CA, elaboração de parecer sobre
78 as UC em relação ao empreendimento e efetuar a gradação do impacto ambiental. O último
79 assunto tratado na reunião foi sobre a determinação da destinação e repartição da CA do
80 Gasoduto Juruá Urucu. Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis explanou que foi elaborada a Nota
81 Técnica CECA nº. 001/2013, de 24/09/2013, contextualizando a CA do empreendimento, a partir
82 da análise integrada das informações constantes no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo
83 relatório (EPIA-RIMA), pareceres emitidos pelo IPAAM sobre a análise do EPIA/RIMA e
84 especialização do empreendimento em relação à UC, documentos expedidos pelo Instituto Chico
85 Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Nota Técnica SEACA SDS nº. 003/2012,
86 de 01/03/2012. Apresentou que de acordo com os documentos a definição do recurso de CA do
87 empreendimento é a seguinte: i) Grau de Impacto: 0,5%; ii) Valor de referência: R\$
88 100.726.742,69; e, iii) Valor da CA: R\$ 503.633,71. Discriminou que prioritariamente são as
89 seguintes UC candidatas elegíveis a serem beneficiárias da CA: a) Floresta Nacional (FLONA)
90 Tefé (100 pontos); b) Criação de UC de proteção integral na Cabeceira do rio Tefé (75 pontos); c)
91 Reserva Extrativista (RESEX) do Baixo Juruá (75 pontos); d) Reserva de Desenvolvimento
92 Sustentável (RDS) do Uacari (75 pontos); e) RESEX Médio Juruá (70 pontos) e RESEX Catuá
93 Ipixuna (70 pontos). Nota-se a ausência do Parecer de Gradação de Impacto Ambiental. Disse
94 que para a decisão quanto à destinação e repartição do recurso de CA do empreendimento, foi
95 elaborada minuta de Parecer Técnico da CECA para apreciação e aprovação pelos membros da
96 Câmara. Sr. Sérgio Martins de D'Oliveira, Gerente de Projetos Especiais do IPAAM, evidenciou
97 necessidade de se fundamentar o teto máximo de 0,5% para o grau de impacto ambiental, uma
98 vez que não foi elaborado o Parecer de Gradação de Impacto Ambiental, tendo em vista que a
99 metodologia do Decreto Federal nº. 6.848/09 não atende as especificidades do Estado. Sugeriu
100 que o IPAAM através de Instrução Normativa ou Portaria determinasse o 0,5% como teto para
101 cálculo de CA até julgamento da ADI, com as devidas justificativas técnicas para endossar a
102 decisão, uma vez que se precisa para elaboração do Parecer de Gradação se justificar e
103 apresentar o método de como foi efetuada a valoração do ambiente a ser afetado pelo
104 empreendimento. Destacou que o IPAAM havia iniciado tratativas junto ao Dr. Alexandre Rivas,
105 docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), para construção de metodologia estadual
106 específica para a definição do grau de impacto ambiental. Sr. José Carlos Monteiro de Souza,
107 evidenciou que se deve aplicar o Decreto Federal nº. 6848/2009, conforme recomendação da
108 Promoção nº. 198/2012-PMA/PGE, e efetuar uma primeira experiência com o exercício da
109 elaboração do Parecer de Gradação, envolvendo a CECA. O Sr. José Adailton Alves e Sr. João
110 Rodrigo Leitão dos Reis reforçaram a necessidade de elaboração do Parecer de Gradação
111 conforme preceitua a legislação. Dra. Mayara Vidal sugeriu solicitar nova manifestação da PGE



sobre a CA, pois no inciso I do artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 53/2007-SEUC diz que mínimo é 0,5% e a Legislação Federal a partir da ADI nº. 3.378-6/DF aponta que no máximo 0,5% com parecer de gradação, sendo que o SEUC não estar sob *juldice*. Sr. Antônio Carlos Vitkoski pontuou a necessidade de se levantar os pareceres de gradação elaborados em outros Estados da Amazônia que aplicam o Decreto Federal nº. 6848/2009, para assim poder se realizado intercambio de experiências. Após esses comentários foi efetuada leitura integral da Promoção nº. 198/2012-PMA/PGE. Sr. José Carlos Monteiro de Souza discriminou que as solicitações da CECA já receberam 5 Promoções da PGE, cabendo o IPAAM de fato criar Grupo Multidisciplinar para elaboração dos Pareceres de Gradação Ambiental, respaldando os técnicos e garantindo a aplicação integral do Decreto Federal nº. 6848/2009, conforme recomendado pela Promoção nº. 198/2012-PMA/PGE. Dra. Mayara Vidal, Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis e Sr. José Adailton Alves se manifestaram pela criação de Grupo de Trabalho da CECA para elaboração da minuta do Parecer de Gradação Impacto Ambiental do Gasoduto Juruá Urucu, para posterior apreciação e aprovação pelos membros da Câmara. O GT da CECA foi criado e é composto pelos técnicos Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis, Sra. Christina Fischer e Sr. José Carlos Monteiro de Souza, junto a mais um técnico a ser indicado pela Diretoria Técnica do IPAAM. A reunião do GT ocorrerá no dia 04/10/2013, às 14h00 na Sala de Treinamento do IPAAM. Após aprovação do Parecer de Gradação se decidirá sobre o destino e repartição do recurso de CA do aludido empreendimento. Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis informou que será efetuada nova consulta aos órgãos para composição dos membros da CECA com atualização da Portaria de Nomeação, e com a inclusão de mais um representante do CEUC. Sr. Sérgio Martins de D'Oliveira destacou que os Processos de CA da UTE de Tefé e da Ponte sobre o rio Negro não foram encaminhados a CECA, devido o empreendedor não ter apresentado o Valor de Referência do empreendimento solicitado pelo IPAAM. Como deliberação recomendou-se ao IPAAM notificar os empreendedores para apresentação imediata do respectivo Valor de Referência. Sr. Sérgio Martins de D'Oliveira destacou que o Processo de Licenciamento Ambiental do Aterro Sanitário de Resíduos, cujo empreendedor é a Construtora Marquise, será encaminhado a CECA para composição do Processo de CA. Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.



João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário da Reunião

ANEXO ÚNICO

Processo de Compensação Ambiental em apreciação pela CECA

Nº.	Empreendimento	Valor de Referência	Valor da Compensação Ambiental		Unidades de Conservação (UC) Detectadas Parecer da Gerência de Geoprocessamento do IPAAM	
			Cálculo com Grau de Impacto Ambiental à 0,5 %	Desconto	Nome da UC	Distância em relação ao empreendimento
1	Gasoduto Juruá – Uruçu Processos: LA* nº. 3111/T/07 – IPAAM LC** nº. 035.00293.2012 - SDS	R\$ 100.726.742,69	R\$ 503.633,71	-	RESEX do Baixo Juruá	95 km
					RESEX do Médio Juruá	87 km
					FLONA de Tefé	36 km
					RDS do Uacari	96 km
					ICMBio - Proposta de Criação de UC de Proteção Integral na cabeceira do rio Tefé	-
					RESEX Catuá Ipixuna	108 km
2	Usina Termelétrica (UTE) de Codajás II Processos: LA* nº. 3114/T/09 – IPAAM LC** nº. 035.01077.2012 - SDS	R\$ 11.040.569,00	R\$ 55.202,85	R\$ 1.534.611,40 - Projeto Arborização Av. das Torres & R\$ 100.874,34 - Adiantamento CA Eletrificação PE Sumauma	RDS Piagaçu Purus	32,5 km
3	Usina Termelétrica (UTE) de Anamá II Processos: LA* nº. 3112/T/09 - IPAAM LC** nº. 035.01075.2012 - SDS	R\$ 10.375.525,45	R\$ 51.877,63		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	76,86 Km
					RDS do Rio Negro	85,1 Km
					RDS Piagaçu Purus	74,30 Km
					PARNA de Anavilhanas	107,31 Km
4	Usina Termelétrica (UTE) de Caapiranga II Processos: LA* nº. 3115/T/09 - IPAAM LC** nº. 035.01078.2012 - SDS	R\$ 8.383.957,45	R\$ 41.919,79		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	43,44 Km
				PAREST do Rio Negro-Setor Norte	95,80 Km	
				RDS do Rio Negro	50,14 Km	
				PAREST do Rio Negro-Setor Sul	97,16 Km	
				APAda M.E. do Rio Negro Setor Aturiá/Apuazinho	94,12 Km	
				RDS Piagaçu Purus	109,43 Km	
PARNA de Anavilhanas	94,12 km					

5	Usina Termelétrica (UTE) de Anori II Processos: LA* nº. 3113/T/09 - IPAAM LC** nº. 035.01076.2012 - SDS	R\$ 9.946.594,83	R\$ 49.732,97		APA da M.D do Rio Negro Paduari/Solimões	108 Km
					RDS do Rio Negro	108 Km
					RDS Piagaçu Purus	45 km
6	PROSAMIM III - Igarapé São Raimundo Processos: LA* nº. 4718/T/07 - IPAAM LC** nº. 035.01074.2012 - SDS	US\$ 46.377.600,00	US\$ 231.888,00	-	Não há Parecer do IPAAM	-

150

151

Phen



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

18ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA

LISTA DE PRESENÇA

Data: 26 / 09 / 2013 (Quinta-Feira).

Horário: 14:30 às 17:00.

Local: Sala de Reunião do Gabinete da SDS.

ASSINATURA

1 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS:

N.	Secretária de Estado	Assinatura
01	Kamila Botelho do Amaral	

1.1 – Secretaria Ex. Adj. de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS

N.	Secretário Executivo Adjunto	Assinatura
01	José Adailton Alves	<i>J. AL-11. AL</i>
N.	Técnico	Assinatura
01	João Rodrigo Leitão dos Reis	<i>J. Reis</i>

2 – Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS:

N.	Coordenador	Assinatura
01	Antônio Carlos Vitkoski	<i>[Signature]</i>
N.	Técnico	Assinatura
01	Christina Fischer	<i>Christina Fischer</i>

3 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:

N.	Diretor-Presidente	Assinatura
01	Antônio Ademir Stroski	<i>FM</i>
N.	Técnicos	Assinatura
01	José Carlos Monteiro de Souza	<i>FM</i>
02	Maria Gorete Mello da Silva	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	<i>[Signature]</i>
04	Fábio Rodrigues Marques	
05	Mayara Vidal	<i>[Signature]</i>